



**Prática de esportes de pessoas com o transtorno do espectro autista:
aproximações iniciais com a praxiologia motriz¹**

**Sports practice by people with autism spectrum disorder:
initial approaches through motor praxeology**

Raul Javorsky da Costa

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Santa Maria/RS-Brasil

João Francisco Magno Ribas

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Santa Maria/RS-Brasil

José Ricardo da Silva Ramos

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
Seropédica/RJ-Brasil

Gabriella Andreetta Figueiredo

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Limeira/SP-Brasil

Resumo

Este estudo busca analisar a produção científica nacional que aborda as relações entre as práticas esportivas e as características associadas ao transtorno do espectro autista (TEA), à luz da praxiologia motriz (PM). Com esse objetivo, realizamos uma revisão integrativa, apoiada nos pressupostos teóricos da PM, de uma amostra selecionada de artigos que reportam a realidade das práticas esportivas de pessoas autistas. Os estudos epistemológicos da PM sugerem que os esportes sociomotores e/ou coletivos, como futebol, futsal, basquetebol e voleibol, modalidades mais frequentemente encontradas na Educação Física escolar, são potencialmente mais adequados para promover a mitigação das características do TEA por envolverem a interação motriz direta (cooperação e oposição) como elemento central.

Palavras-chave: Autismo; Esporte; Inclusão Esportiva.

Abstract

This study aims to analyze the Brazilian scientific literature addressing the relationships between sports practices and the characteristics associated with autism spectrum disorder (ASD) through the lens of motor praxeology (MP). To this end, we conducted an integrative review, supported by the theoretical assumptions of MP, of a selected sample of articles reporting on the reality of sports practices among autistic individuals. Epistemological studies of MP suggest that social and motor and/or team sports, such as soccer, futsal, basketball and volleyball, the most common sports found in Physical Education lessons in schools, are potentially more suitable for mitigating ASD characteristics because they involve direct motor interaction (cooperation and opposition) as a central element of performance.

Keywords: Autism; Sports; Sports Inclusion.

Introdução

O transtorno do espectro autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por déficits na comunicação e na interação social, além de interesses restritos e comportamentos repetitivos. Suas manifestações são variadas e exigem níveis diferenciados de suporte (I, II e III) (APA, 2014; WHO, 2022). O diagnóstico do TEA baseia-se em critérios clínicos definidos principalmente em duas classificações: o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM), que estabelece os níveis de suporte conforme as dificuldades de comunicação social e os comportamentos repetitivos, e a Classificação Internacional de Doenças (CID-11), que na 11ª edição codifica o autismo (6A02) e acrescenta qualificadores como deficiência intelectual e comprometimento da linguagem funcional. A CID-11 também discrimina características conforme período do desenvolvimento, gênero e ambiente, o que facilita o processo diagnóstico (APA, 2014; WHO, 2022).

O modo de inserção de pessoas autistas dentro do universo esportivo acontece tendo em vista a particularidade individual/educacional específica, cultural e social da pessoa autistas. Estando a cargo dessa inserção, é indispensável considerar as diferentes dimensões que transcorrem o contexto autístico, como a realidade social, escolar, orgânica e cultural que influencia o processo de relacionamento e inserção esportiva de pessoas autistas.

No campo da Educação Física, a partir da referência teórica da praxiologia motriz (PM), colocamos “os olhos práticos na dinâmica das relações que constituem o funcionamento de uma lógica interna para compreender como operam os mecanismos psicomotrízes e psicomotores” (Ramos, 2017, p. 181). Essas ações podem ser construídas/vivenciadas nos esportes dos quais os autistas se apropriam, de acordo com suas demandas específicas. Essas demandas não são fixas ou homogêneas; elas estão intimamente relacionadas à interação do grupo com a realidade educativa com a qual ele se depara. Tal necessidade específica do TEA pode reportar as condições específicas de um grupo de referência que tem mais dificuldades na interação grupal. E isso pode resultar no olhar para a lógica interna das atividades esportivas como um componente da cultura corporal que esteja mais próxima da interação direta entre os seus praticantes. Nesse sentido, queremos chamar a atenção para a perspectiva de Lagardera Otero e Lavega Burgués acerca das aplicações da praxiologia motriz em programas de atividades para pessoas com necessidades educacionais específicas (NEE):

Parece razoável justificar a necessidade de projetos que permitam qualquer pessoa com NEE desfrutar de mecanismos de funcionamento associados à leitura e interpretação dos demais protagonistas no entorno; o prazer de solucionar problemas motores mediante ao pacto e a colaboração com os demais. (Lagardera Otero; Lavega Bugués, 2003, p. 233).

Por isso propomos esse tema, que carece ser discutido, tendo em vista que a lógica interna de determinados tipos de esporte pode contribuir para o ingresso interativo ou não de pessoas com diferenças significativas no seu processo de desenvolvimento social. Assim, o esporte não deixa de ser uma atividade aberta para inserção ou não da pessoa com NEE, que precisará desenvolver outras habilidades/competências para poder usufruir mais das oportunidades sistemáticas comuns nos esportes que fazem uso de um código interativo, cooperativo, sociomotor e contracomunicativo (Parlebas, 2001). Dessa forma, as oportunidades sistemáticas, a princípio, ocorreriam nos níveis interpessoais e interativos com parcerias e cooperação, e se desenvolveriam nos níveis de interações que a lógica interna do esporte sociomotor proporciona, considerando as ações motrizes que são estabelecidas e geradas por meio dos propósitos para as pessoas autistas. Segundo Lagardera Otero e Lavega Bugués:

[...] ao desvelar a lógica interna de cada situação motriz torna-se possível a análise prévia das consequências práticas que tem todo o sistema praxiológico de modo que, antes que se ative, o pesquisador (professor, treinador, monitor...) pode escolher e programar aquelas situações que gerem as ações motrizes que converjam com seus interesses e propósitos. (Lagardera Otero; Lavega Bugués, 2003, p. 67)

Assim, a lógica interna do esporte produz comportamentos motores numa cultura normativa que tende a envolver as respostas comportamentais que podem garantir às pessoas autistas o acesso ao mundo das ações motrizes que apresentam alguma forma de interação. Isso implica, portanto, um processo de compreensão da (re)estruturação interna constitutiva do que o jogo esportivo emana (Parlebas, 2001). Essa reestruturação pauta a acessibilidade esportiva como um direito de todos, levando em conta o alcance motor (não verbal) de quem necessita formar habilidades interativas na vida social, habilidades que devem afetar o seu cotidiano, guiada “por ações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida” (Brasil, 2001, p.8).

De acordo com Vianna e Lovisolo (2011), o esporte é um caminho importante de socialização por conseguir atingir valores como coletivismo, amizade e solidariedade. O

acesso ao esporte seria uma forma de respeito à vida, um meio de elevação social, de autorrealização e de superação na condição de ter direitos à cidadania plena. As habilidades e competências esportivas são reconhecidas pelos atores como recursos que contribuem no caminho de sua vida cidadã a partir da experiência social que o esporte provoca.

Assim, está em pauta o modo esportivo sobre a inclusão, e se reconhecem distintas ações educacionais das quais os agentes que vivenciam o esporte podem se apropriar. É desse campo de investigação bibliográfica que esta pesquisa vai partir, distinguindo os discursos sobre o esporte e direcionando-os para a atividade inclusiva. O objetivo principal deste texto consiste em analisar a produção científica que aborda as relações entre práticas esportivas e as características associadas ao transtorno do espectro autista à luz da praxiologia motriz.

Metodologia

Para responder à pergunta central desta pesquisa, optamos por realizar uma busca sobre o estado da arte da produção científica que discute o tema autismo e esporte. O estado da arte se refere aos trabalhos de sistematização de dados, buscando compreensão sobre o conjunto de estudos produzidos, muitas vezes “criando as condições para o desenvolvimento de uma avaliação crítica do desenvolvimento do campo de conhecimento no decurso do tempo” (Rink; Megid Neto, 2009 *apud* Teixeira, 2023, p. 9).

A busca foi realizada nos seguintes portais e bases dados: Periódicos da CAPES, Scielo, PubMed, Biblioteca Virtual da Saúde e Google Scholar, bem como na página dos Periódicos Científicos da Educação Física no site da UFSM. As palavras-chave buscadas foram “Autismo”, “Autista(s)” e “Esporte(s)”, “Esportivo(a)(s)”, no título, no período entre 2019 e 2024. Logo identificamos que muitos trabalhos se referem a um esporte em particular, isto é, em vez do termo “Esporte”, o título contém “Natação” ou “Ginástica Artística”, por exemplo. Assim, ampliamos a nossa busca por combinações das palavras-chave: “Autismo”, “Autista(s)” e “Natação”, “Ginástica”, “Corrida”, “Ciclismo”, “Surfe”, “Tênis”, “Tênis de mesa”, “Judô”, “Karatê”, “Jiu-Jitsu”, “Taekwondo”, “Handebol”, “Futsal”, “Vôlei”, “Basquete” e “Futebol” — os esportes mais populares do Brasil.

Depois de completar essa busca nos portais e baixar os trabalhos disponibilizados, foi realizada a busca por referências citadas nesses trabalhos, incluindo aqueles que não estão indexados nas bases de dados, a chamada literatura cinza (Población, 1992). Essa busca

adicional resultou na inclusão preliminar de trabalhos com os termos “Educação Física”, “Exercícios físicos” e “Atividade física” no título e com foco em alunos autistas.

Ao final das buscas, foram selecionados 60 trabalhos para serem examinados. Dentre esses, excluímos todas as monografias de conclusão de curso e resumos. Também foram excluídos os estudos de caso com um único sujeito e a maioria dos trabalhos de revisão. Ao total, excluímos 50 trabalhos. Os trabalhos selecionados pelos títulos tiveram seus resumos, objetivos, métodos e resultados examinados, resumidos e tabelados para facilitar a visualização do conjunto. Com esse quadro em mãos, procedemos à seleção dos trabalhos que foram objeto da revisão. Entre esses, selecionamos aqueles que abordam a inclusão de autistas no esporte do ponto de vista: i) dos efeitos do esporte e/ou ii) dos desafios e estratégias de inclusão, conforme percebidos pelos próprios autistas ou por professores, profissionais de Educação Física, pais ou responsáveis. Ao final da leitura mais detalhada, restaram 10 trabalhos, dos quais 6 são revisões bibliográficas e 4 são estudos realizados com grupos de alunos autistas praticantes de diferentes atividades esportivas, a saber: ginástica artística, surfe, atividades recreativas e atividades rítmicas.

Finalmente, uma análise integrativa (Souza *et al.*, 2010) dos 10 estudos selecionados foi realizada para sintetizar os resultados obtidos pelos diferentes autores, a partir de diferentes pontos de vista, sobre a inclusão esportiva de pessoas autistas. Diante dos resultados e sob a perspectiva da PM, identificamos consensos e divergências sobre o tema a partir das seguintes categorias: efeitos do esportes, desafios e estratégias de inclusão.

Estudos selecionados para análise

Os estudos selecionados (ver Quadro 1) enquadraram-se em uma das três categorias descritas a seguir, conforme os seus objetivos.

Autismo e atividades esportivas: Nesta categoria, que diz respeito às práticas corporais e esportivas mais adequadas para pessoas autistas, encontramos cinco trabalhos. Sousa e colaboradores (2021) revisaram seis artigos, dos quais três são produção nacional, com o objetivo de identificar as implicações das atividades esportivas para indivíduos com TEA. Krüger e colaboradores (2019a) verificaram o efeito de um programa de atividades rítmicas na interação social e na coordenação motora em crianças autistas. David e colaboradores (2016) buscaram investigar como professores de ginástica artística para pessoas autistas percebem os efeitos da prática regular desse esporte em características

*Prática de esportes de pessoas com o transtorno do espectro autista:
aproximações iniciais com a praxiologia motriz*

sociais e comportamentais de seus alunos. Shimizu (2022) buscou examinar as dificuldades das pessoas autistas do ponto de vista das teorias das relações sociais e concluiu que os benefícios potenciais da prática esportiva vão além do desenvolvimento motor das pessoas no espectro autista, estendendo-se também para o campo psicossocial. Silva (2021) realizou um diagnóstico de opções de práticas de esporte para pessoas com autismo na cidade de Curitiba, PR, buscando identificar interesses e desafios.

Autismo e inclusão: Nesta categoria, que diz respeito à inserção de pessoas autistas no mundo do esporte, encontramos três artigos. Oliveira e colaboradores (2022) analisaram os benefícios do esporte para a inclusão de crianças autistas e buscaram verificar as principais dificuldades dos profissionais do esporte que atuam com esse tipo de público. Schliemann e colaboradores (2020) discutiram os desafios da inclusão de crianças e jovens autistas nas atividades físicas e esportivas, tanto no contexto da Educação Física escolar quanto nos demais contextos da vida social, na perspectiva de pais, alunos e professores. Hoffmam (2018) ponderou as práticas esportivas como uma maneira alternativa de promover a inclusão das crianças autistas e, com isso buscou compreender como a psicologia do esporte pode contribuir para essa inclusão.

Autismo e aspectos didáticos da Educação Física: Nesta categoria, que diz respeito a como o professor deve adaptar sua metodologia nas aulas de Educação Física para alunos autistas, ao total, encontramos dois artigos. Franzoni e Marinho (2020) investigaram o papel do professor de Educação Física na atuação com pessoas autistas, relatando as estratégias usadas ao conduzir brincadeiras que trabalham os fundamentos motrizes de esportes como o basquete e o polo aquático. Moraes e Marinho (2021) identificaram adequações didático-metodológicas na prática do surfe para pessoas autistas com o objetivo de propor uma estratégia pedagógica voltada a essa população e observaram os efeitos da prática.

Quadro 1 - Artigos analisados

(continua)

Autores (ano)	Título	Tipo de publicação	Objetivo	Métodos e resultados
Oliveira et al. (2022)	Benefícios do esporte para a inclusão de crianças autistas	Artigo Revisão conceitual	Analisar a importância e os benefícios da prática de exercícios físicos para crianças autistas e verificar as principais dificuldades dos profissionais do esporte que atuam com esse público.	Analizou os benefícios do esporte para a inclusão de crianças autistas, considerando uma gama de métodos que podem ajudar a amenizar os problemas relacionados à saúde e à comunicação.
Schliemann et al. (2020)	Educação Física Inclusiva e Autismo: perspectivas de pais, alunos, professores e seus desafios	Artigo Revisão	Discutir desafios da inclusão de crianças e jovens autistas nas atividades físicas e esportivas, no contexto da Educação Física escolar e nos demais contextos da vida social (lazer, recreação e esportes).	Pais valorizam a importância da atividade física, mas não encontram programas adequados e professores preparados. Alunos se sentem excluídos, não veem significado nas propostas, não têm motivação para participar, sofrem com a discriminação dos colegas e só em raras ocasiões encontram o suporte de professores que compreendem suas necessidades e adaptam as aulas para sua inclusão. Professores não se sentem capacitados e encontram-se sem apoio.
Silva (2021)	Diagnóstico de opções de práticas de esporte para pessoas com autismo	Artigo Prospecção	Identificar o interesse das pessoas autistas à prática esportiva na cidade de Curitiba, PR.	Levantamento com profissionais da área, proprietários de empreendimentos e pais ou responsáveis a fim de identificar os atendimentos no esporte para pessoas autistas. Um formulário eletrônico com 20 perguntas foi respondido por pessoas autistas ou responsáveis. As respostas indicam que as pessoas autistas têm interesse na prática de esportes, mas encontram muitos obstáculos. Não há iniciativas suficientes do setor público nem do privado ou do terceiro setor para atender essas pessoas de forma adequada.

*Prática de esportes de pessoas com o transtorno do espectro autista:
aproximações iniciais com a praxiologia motriz*

Quadro 1 - Artigos revisados

(continuação)

Autores (ano)	Título	Tipo de publicação	Objetivo	Métodos e resultados
Shimizu (2022)	Sociedade, esporte e autistas	Capítulo de livro Revisão teórica	Examinar as dificuldades das pessoas autistas do ponto de vista das teorias das relações sociais.	A condição é analisada do ponto de vista da comunicação e das dificuldades que isso pode trazer para a participação no esporte. A autora conclui que o esporte pode gerar melhoria não apenas no desenvolvimento motor de pessoas autistas, mas também no psicossocial, dependendo da evolução por estímulos desses indivíduos.
Hoffmam (2018)	Psicologia, esporte e inclusão: considerações sobre o transtorno do espectro autista e a inclusão social por meio de atividades esportivas	Artigo Revisão Discussão teórica	Discutir as práticas esportivas como uma maneira alternativa de promover a inclusão das crianças que têm esse transtorno a fim de compreender como a psicologia do esporte pode contribuir para essa inclusão, tratando a atividade esportiva como um fator de socialização.	Discussão de natureza teórica sobre as práticas esportivas como maneira de promover a inclusão das crianças autistas. Ressalta a importância da capacitação dos professores e da adaptação das metodologias e das práticas. Entretanto, citando outro autor, o texto recomenda atividades cíclicas, repetitivas, com repertório restrito de comportamentos como “mais adequadas” às características da pessoa autista.
Franzoni e Marinho (2020)	O papel do professor de Educação Física na atuação com pessoas com transtorno do espectro autista em um programa de esporte e lazer de Florianópolis (SC)	Artigo Pesquisa de campo	Investigar o papel do professor de Educação Física na atuação com pessoas autistas em um programa de esporte e lazer de Florianópolis (SC).	Relata as estratégias usadas por professores de Educação Física ao conduzir brincadeiras que trabalham os fundamentos motrizes de esportes como o basquete e o polo aquático.
Sousa et al. (2021)	Atividades esportivas para indivíduos com transtorno do espectro autista	Artigo Revisão integrativa	Identificar as implicações das atividades esportivas para indivíduos no espectro autista.	Seis artigos são revisados, dos quais três são produção nacional. Os efeitos são classificados em psicossociais, físicos e cognitivos.

Quadro 1 - Artigos revisados

(continuação)

Autores (ano)	Título	Tipo de publicação	Objetivo	Métodos e Resultados
David <i>et al.</i> (2016)	A prática regular de ginástica artística na minimização dos sintomas recorrentes do autismo em crianças: a perspectiva dos professores	Artigo Estudo de caso Seis professores	Investigar como professores de ginástica artística para pessoas autistas percebem os efeitos da prática regular desse esporte em características sociais e comportamentais de seus alunos.	Os professores responderam a um questionário de perguntas fechadas. Melhoras relatadas: independência de realizar algumas tarefas; coordenação motora; demonstrações de afeto; relacionamento com o professor; e compreensão das tarefas solicitadas. Metodologias, estratégias de ensino ou adaptações não são mencionadas.
Moraes e Marinho (2021)	Adequações didático-metodológicas na prática do surfe para pessoas com transtorno do espectro autista	Artigo Pesquisa exploratória 25 alunos	Identificar as adequações didático-metodológicas utilizadas nas aulas de surfe para pessoas autistas na Associação Onda Azul (AOA) em Florianópolis/SC e propor uma estratégia pedagógica para o ensino do esporte para essa população.	Utilizou como instrumentos de coleta de dados observações participantes, entrevistas semiestruturadas e diário de campo. Foram analisados conteúdos referentes ao planejamento das aulas, ao conteúdo, às adaptações, à comunicação e transmissão de conteúdo e às formas de avaliação. Uma proposta pedagógica que respeita as individualidades dos alunos é apresentada.
Krüger <i>et al.</i> (2019a)	O efeito de um programa de atividades rítmicas na interação social e na coordenação motora em crianças com transtorno do espectro autista	Artigo Estudo comparativo Nove crianças	Verificar o efeito de um programa de atividades rítmicas na interação social e na coordenação motora de crianças autistas.	Nove crianças autistas com idades entre 5 e 10 anos, sendo 5 no grupo intervenção e 4 no grupo controle. Três instrumentos foram aplicados antes e após a intervenção. Os autores concluem que 14 semanas de atividades rítmicas podem contribuir para desenvolver habilidades motoras de crianças autistas.

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Efeitos do esporte

A concepção de esporte em que nos baseamos para fundamentar esse artigo está pautada em uma perspectiva de formação e desenvolvimento de habilidades motoras, porque acredita-se que o esporte, foco do saber da matéria Educação Física, exerce uma função primordial em nossa sociedade de apropriação dos conhecimentos historicamente elaborados pela cultura corporal ao longo do tempo. Em um trabalho de revisão integrativa, Sousa e colaboradores (2021) classificaram os efeitos dos esportes em psicossociais, físicos e cognitivos. Entre os efeitos físicos mais mencionados, além daqueles que se aplicam para a população em geral, destaca-se a melhoria das habilidades motoras (Shimizu, 2022; David et al., 2016 e Krüger et al., 2019a). Embora os déficits motores não façam parte dos critérios diagnósticos para o autismo (APA, 2014), é fato conhecido que pessoas autistas muito frequentemente têm dificuldades dessa natureza, apresentando atraso no desenvolvimento da motricidade ampla e/ou da motricidade fina, o qual se relaciona com o nível de suporte do transtorno (Alves et al., 2024; Krüger et al., 2019b).

Enquanto os pesquisadores desse tema apontam a necessidade de mais estudos para entender a influência de outros fatores que também possam impactar o desenvolvimento das habilidades motoras, é importante notar a relação entre a proficiência motora e a possibilidade de inclusão no esporte e através do esporte. Essa questão está presente também no trabalho de Franzoni e Marinho (2020), que relatam estratégias usadas por professores de Educação Física ao conduzir brincadeiras que possibilitam os fundamentos motoras de esportes como o basquete e o polo aquático. Não é possível incluir quem quer que seja nesses esportes sem a capacidade de lançar e receber uma bola. Sem isso, perde-se a oportunidade de interação social oferecida pela prática desses esportes, e o círculo vicioso se fecha: os déficits psicossociais e motores impedem a prática esportiva, e a falta de prática esportiva tira uma oportunidade de mitigar esses déficits.

Outros trabalhos que abordam os efeitos das atividades físicas e esportes realizados pelas pessoas autistas mencionam os benefícios psicossociais, na comunicação e na interação social (Shimizu, 2022; Sousa et al., 2021; David et al., 2016). Krüger e colaboradores (2019a), ao estudarem os efeitos de um programa de atividades rítmicas, concluíram que houve melhora no desenvolvimento de práticas corporais, mas que não foram observadas melhoras

significativas na interação social. Entretanto, é importante salientar que esse programa de intervenção durou apenas 14 semanas.

Tratar do esporte, na perspectiva da PM, implica compreender o desenvolvimento de estudos de natureza estrutural que nos possibilitam perceber a lógica interna como um sistema que gera motricidade para quem joga, brinca, dança ou pratica esporte. Por meio da PM, encontram-se as ações motrizes dotadas de características que evidenciam e fornecem respostas para propósitos e necessidades de pessoas com NEE (Lagardera Otero; Lavega Burgués, 2003). Considerando essa perspectiva, podemos afirmar que, para que esse processo seja efetivo para uma pessoa autista, o pesquisador (professor, treinador, monitor...) deve refletir sobre as necessidades específicas dessa pessoa, tendo em vista sua particularidade intrínseca, com situações motrizes que contribuam para que ela internalize habilidades não só físicas, mas também conhecimentos/habilidades próximas de suas necessidades específicas.

Desafios e estratégias de inclusão

Para pessoas autistas, os principais desafios a serem vencidos na inclusão esportiva estão no campo da comunicação e das interações sociais, com destaque para a comunicação não verbal. Essas são, ao mesmo tempo, as barreiras que dificultam a inclusão e aquilo que se procura melhorar através dela. Shimizu (2022) propõe inserir o esporte no cotidiano dessas pessoas desde a infância, ressaltando a importância de levar em conta as teorias das relações sociais e o nível do TEA ao realizar as adaptações esportivas para inclusão.

Para entender as dificuldades de promover a inclusão através do esporte, Silva (2021) recorre a outros autores que apontam a falta de adaptações nos esportes e a carência de profissionais qualificados para o atendimento desse público. No levantamento que realizou na região de Curitiba, PR, entre profissionais de Educação Física, proprietários de empreendimentos nessa área e pais ou responsáveis de pessoas autistas, essa autora detectou ainda um sentimento de preconceito contra essa população. No seu entendimento, considerando o interesse manifestado pelos pais e responsáveis, há demanda para investir em iniciativas de promoção do esporte para pessoas autistas, sendo necessários, para isso, o investimento público e a capacitação de profissionais.

Em relação aos esportes praticados ou que os entrevistados pretendem praticar, a referida autora encontrou que o mais procurado é a natação. A característica de esse ser um

*Prática de esportes de pessoas com o transtorno do espectro autista:
aproximações iniciais com a praxiologia motriz*

esporte psicomotor, que requer poucas adaptações para ser praticado pelos portadores das mais variadas limitações físicas e mentais, pode ser um fator a contribuir para uma acomodação no atendimento desse público. De fato, essa oferta evita as demandas dos esportes coletivos, por parte tanto de quem oferece essas modalidades como por quem busca uma prática esportiva.

A inclusão de pessoas autistas em esportes sociomotores demanda que o profissional de Educação Física promova ações metodológicas para lidar com esse público, as quais devem levar em consideração a lógica interna do esporte. Nesse sentido, um dos objetivos a serem atingidos é justamente a assimilação dessa lógica pelo praticante. Diante da complexidade da tarefa, não é de se estranhar que não tenham sido encontrados na pesquisa profissionais que buscam forjar esse tipo de prática, por conta de o diagnóstico médico ser de relevância tutelar para o profissional da área da saúde.

O diagnóstico médico e os manuais destinados ao público autista apontam para a inoperância pedagógica ou a reflexão sobre as formulações esportivas dos profissionais da Educação Física pensando nos efeitos que o diagnóstico produz. Com isso, observamos alguns modos de atuar sobre a interação desse público dentro do esporte, deslocando sentidos e recriando habilidades e competências sociomotrizas juntamente com os esportes de interação direta, os quais permitem às pessoas autistas a inclusão e a mudança do seu mundo de isolamento para o universo sociomotor pela via esportiva.

A valorização do esporte por pais e responsáveis também foi identificada por Schliemann e colaboradores (2020), mas estes não encontraram programas adequados e professores preparados. Esses autores também reportam que os alunos se sentem excluídos, sofrem com a discriminação dos colegas, não têm motivação para participar, não veem significado nas propostas e raramente encontram o suporte de professores que compreendem suas necessidades e adaptam as aulas para sua inclusão. Assim, tanto do ponto de vista dos pais como dos alunos, o professor é o eixo central do processo de inclusão. Já os professores consideram sua falta de preparação e qualificação para lidar com jovens e crianças autistas sua maior dificuldade. Daí se conclui que “a chave da inclusão dos estudantes com TEA nas atividades físicas e esportivas parece estar, portanto, no conhecimento e na formação acadêmica do profissional de Educação Física”. (Schliemann et al., 2020, p. 82)

Para esses autores, tal formação profissional deveria combinar conhecimentos sobre TEA e processos de aprendizagem motora a fim de elaborar formas adequadas de fornecer instruções, contemplar dificuldades específicas, manejar comportamentos e direcionar a atenção.

Justapor, portanto, conceitos de aprendizagem motora às características cognitivas, sensório motoras, sociais e comportamentais peculiares do TEA capacita os professores de Educação Física a elaborar soluções para os principais desafios, aumentando sua autoeficácia e consequente atitude em relação à inclusão desses indivíduos nas atividades físicas e esportivas. (Schliemann *et al.*, 2020, p. 83)

Do ponto de vista da PM, tal combinação de conhecimentos, embora importante, é incompleta. É preciso acrescentar ainda o conhecimento da lógica interna do jogo e das incertezas associadas a cada prática esportiva, as quais representam dificuldades de graus diferentes para cada pessoa autista. Para um aluno no espectro autista, dependendo de diversos fatores, pode ser mais difícil o entendimento das regras do esporte, como da lógica interna do jogo coletivo, sendo, portanto, necessário elaborar estratégias de comunicação específicas para facilitar a sua assimilação.

Assim, entre as características peculiares do TEA está a dificuldade de lidar com os códigos da linguagem não verbal, os quais assumem formas diferentes em cada esporte sociomotriz. Portanto, essa é uma prática corpórea que, dentro da visão sistêmica da PM, deve ser tratada desde o início para que haja uma inclusão harmônica dentro do jogo coletivo.

Entendendo o esporte como uma maneira de viabilizar a inclusão de crianças autistas, Hoffmam (2018) sugere discutir em que os esportes podem colaborar para essa integração, quais medidas precisam ser tomadas e de que maneiras se pode promover a participação dessas crianças, além de como criar alternativas no ensino do esporte para promover melhorias no convívio social, comunicativo e comportamental. A esse respeito, essa autora e David e colaboradores (2016) citam Tomé (2007), que segue a orientação de Vatauvuk (1997), para quem os professores podem utilizar atividades psicomotoras que não demandem um repertório de comportamentos muito vasto, pois são mais fáceis de serem aprendidas por alunos autistas, que apresentam comportamentos repetitivos e estereotipados. Essas atividades incluem ginástica, natação, corridas leves, relaxamento, circuitos, musculação e atividades aeróbias. Para o desenvolvimento motor, esses autores, ainda em consonância com Vatauvuk (1997), recomendam atividades que envolvam obstáculos, mudanças de direção, equilíbrio, saltos, lançamento e jogos de bolas, com começo, meio e fim

*Prática de esportes de pessoas com o transtorno do espectro autista:
aproximações iniciais com a praxiologia motriz*

identificados. Ainda segundo esses autores, também o local para o desenvolvimento dessas atividades deve ser adaptado para produzir pouco estímulo visual, a fim de que a criança não se distraia. Essa proposta está parcialmente de acordo com o que recomendam Schliemann e colaboradores (2020). Mas cabe perguntar se não há aqui um excesso de adaptação, que pode acabar contribuindo para reforçar as características e comportamentos atípicos que queremos mitigar.

Do ponto de vista da PM, considerando a necessidade de a pessoa autista criar habilidades mais interativas, coletivas e solidárias, essa base esportiva psicomotora deve ser entendida como a etapa inicial, para introduzir a atividade física como uma das rotinas da criança autista, ao mesmo tempo que melhora sua condição física e desenvolve suas habilidades motoras. Dessa forma, seu fim, dependendo do nível de suporte do TEA e das características de cada indivíduo, deve ser a participação em jogos e esportes coletivos, nos quais a pessoa possa desenvolver e exercitar habilidades de comunicação e interação social.

Na vida cotidiana, nem todos os ambientes estão ou podem ser adaptados. Assim, se torna necessário pensar em estratégias para que o indivíduo autista aprenda a lidar com mudanças e estímulos ambientais. O surfe é talvez o esporte individual em que as incertezas mais determinam as ações do seu praticante. As condições ambientais variam, e cada onda é única. Além disso, a praia também é um ambiente de muitos estímulos, ao qual comparecem outras pessoas desconhecidas. Todas essas incertezas podem impactar, em diferentes medidas, o estado emocional e as reações das pessoas autistas. Mas, por outro lado, pode ser uma oportunidade de trabalhar essas dificuldades. Moraes e Marinho (2021) analisaram as adequações das aulas de surfe para autistas para, ao final, sugerir uma proposta envolvendo o planejamento, o conteúdo, as adaptações, a comunicação e a avaliação. Nessa proposta, o planejamento gira em torno de uma rotina de atividades.

O conteúdo é muito menos sobre surfe como esporte competitivo e mais sobre inclusão social, autonomia, dessensibilização, interação com o ambiente, motricidade e bem-estar. As adaptações são individualizadas, respeitando as características de cada aluno, especialmente no que se refere à interação. De fato, a adequação das estratégias de comunicação parece ser a chave para o sucesso desse programa. Sobre a avaliação, não é apresentado nenhum instrumento ou esquema estruturado, mas os relatos dos voluntários participantes expressam relaxamento, diversão e melhora nas habilidades sociais.

David e colaboradores (2016) relataram desenvolvimento de tolerância a estímulos ambientais por alunos autistas de ginástica artística em uma academia de grande porte do Rio de Janeiro. Em um local em que ocorrem outras aulas, com música alta e grande circulação de pessoas, alguns alunos chegavam nas primeiras aulas perturbados, ou com as mãos tapando os ouvidos. Os autores associaram as mudanças nesse comportamento ao relacionamento com os professores e ao prazer e divertimento durante a prática, os quais desviam o foco da atenção dos estímulos externos. Outras melhoras observadas foram a coordenação motora e a independência para realizar algumas tarefas, as quais podem estar relacionadas à melhoria do desempenho nas tarefas diárias. Do mesmo modo que nos outros trabalhos, a comunicação direta entre o professor e os alunos parece ser a chave do sucesso da intervenção.

Essas interações, no entanto, ocorridas no contexto dos esportes sociomotores, são sistematizadas pelos professores, desviando a atenção dos alunos do aparente caos externo para a previsibilidade e segurança dos padrões interativos oferecidos pelos professores. Mas não se pode esperar o mesmo de parceiros e adversários envolvidos em um jogo ou esporte coletivo. A incerteza nessas interações está presente em todos os esportes sociomotores. E o mesmo ocorre nas interações sociais fora do ambiente esportivo. Assim, analogamente ao que fazem Moraes e Marinho (2021) e David e colaboradores (2016), que tomam a presença de incertezas ambientais e estímulos externos em esportes psicomotores como oportunidades terapêuticas para mitigar as dificuldades das pessoas autistas para lidar com essas variabilidades externas, pensamos que o desenvolvimento de estratégias para a aprendizagem dos códigos interativos, dos gestemas e praxemas próprios de cada jogo ou esporte coletivo, pode vir a induzir o desenvolvimento de habilidades de interação social para além da prática esportiva.

Conclusão

Em nossa busca inicial, encontramos publicações com os termos “Autismo” ou “Autista(s)” e “Educação Física” no título cujo foco é a inclusão escolar, abordando capacitação dos professores e adaptações ambientais e pedagógicas. De fato, esses correspondem a boa parte da produção encontrada no Google Scholar com as palavras-chave utilizadas neste trabalho. Um número um pouco menor de trabalhos corresponde à soma daqueles que se referem a “Exercícios físicos”, “Atividade física” e “Atividade(s)

*Prática de esportes de pessoas com o transtorno do espectro autista:
aproximações iniciais com a praxiologia motriz*

esportiva(s)". Já os trabalhos incluindo "Esporte(s)" ou os nomes dos esportes mais populares no Brasil em cada uma das categorias do sistema de classificação CAI correspondem a cerca de um quarto da produção. Dentre esses, natação e atividades aquáticas são, de longe, as atividades mais referidas na literatura, seguidas por outros esportes psicomotores, dos quais se destaca a ginástica. As referências aos esportes sociomotores são dominadas pelas lutas (interações de oposição), enquanto os esportes coletivos (com colaboração entre os participantes) são minoritários, com alguma preferência pelo basquete e suas formas adaptadas. A preferência por esportes individuais também é relatada por Silva (2021) e Schliemann e colaboradores (2020), que citam respostas de pessoas autistas em entrevistas sobre a prática esportiva.

Na amostra selecionada da literatura, todos os autores mencionam alguma melhoria das habilidades motoras e, com uma única exceção (Krüger *et al.*, 2019a), melhorias nos campos psicossocial e cognitivo também são reportadas. Essas observações dão suporte à ideia de que as práticas corporais e esportivas podem ser entendidas como oportunidades terapêuticas e inclusivas, sugerindo que se deve prosseguir no sentido do aumento das demandas de interação e incertezas ao longo da classificação CAI, experimentando adaptações e estratégias pedagógicas na medida dos interesses e das potencialidades de cada pessoa autista. Para isso, é importante salientar o papel central exercido pelo professor, que é reconhecido por todos os autores citados, sendo as carências na formação específica para o atendimento desse público uma das principais dificuldades apontadas para a inclusão.

A tendência ao isolamento, a sensibilidade a estímulos, o apego a rotinas e previsibilidade, a intolerância a incertezas e as dificuldades de comunicação e interação das pessoas autistas explicam, pelo menos parcialmente, a preferência pelos esportes psicomotores por parte desse público. Ao mesmo tempo, são essas as razões apontadas para justificar a recomendação de atividades individuais, que não demandem um repertório de comportamentos muito vasto. No entanto, ao restringir a participação dessas pessoas a atividades dessa natureza, pode-se estar implicitamente admitindo que essas características e comportamentos atípicos não podem ser mudados ao ponto de permitir a participação em jogos e esportes mais ricos em situações de interação social e, por isso mesmo, mais inclusivos. O que os trabalhos de Moraes e Marinho (2021) e David e colaboradores (2016) demonstram é o oposto, pelo menos no que se refere às incertezas ambientais. Em ambos os

trabalhos, os autores puderam observar um progressivo aumento da tolerância aos estímulos oferecidos pelo ambiente. Também se relata na literatura a melhoria das habilidades sociais além da prática esportiva, mesmo quando essa interação se dá predominantemente com o professor.

Mesmo na incipiência da funcionalidade de práticas esportivas sociomotrizes por pessoas autistas, a pesquisa não deixa de reconhecer a ação limítrofe das práticas psicomotoras no que se refere à produtividade relacional no desenvolvimento das habilidades de comunicação e interação social desse público. Considerando a natureza das interações motrizes que ocorrem nos esportes coletivos e seu potencial intrínseco como instrumento relacional e inclusivo, eles precisam ser mais explorados pela Educação Física brasileira, que trata o esporte como atividade cidadã. Sob a perspectiva da PM, são justamente essas atividades esportivas sociomotrizes que oferecem o desenvolvimento de habilidades de interação social e comunicação, especialmente a não verbal, pelo aprendizado de habilidades junto com companheiros e adversários nas relações de cooperação e oposição. Essas relações, quando introduzidas de forma progressiva e controlada, podem ajudar a pessoa autista a forjar habilidades interativas e, principalmente, desenvolver suas relações sociais.

Seria interessante a realização de mais estudos de campo, especialmente com esportes sociomotores, para verificar a mitigação dos déficits das pessoas autistas através dessas práticas corporais. Pesquisas dessa natureza poderão contribuir para que o docente fundamente e sustente o trabalho pedagógico visando melhorar a interação social por parte da pessoa autista. No que tange ao conhecimento praxiológico, em especial da lógica interna, fazem-se necessárias pesquisas que contemplem análises de intervenção pedagógica, resultados que poderão auxiliar ainda mais os educadores em relação a esse processo. Os jogos e esportes sociomotrizes apresentam-se como uma microssociedade de práticas corporais que poderão contribuir na formação de pessoas autistas. No entanto, fazem-se necessários maiores esclarecimentos em relação a limites, possibilidades e características pedagógicas desse processo, bem como à estrutura física, material e profissional, para possibilitar resultados mais concretos. O jogo e o esporte, por si sós, não irão transformar esse contexto educacional. É o conhecimento científico dos processos pedagógicos e da teoria praxiológica que possibilitará novos horizontes para as pessoas autistas.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Tradução: Maria Inês Corrêa do Nascimento. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ALVES, Uânia da Silva; NASCIMENTO, Emanuel Moita do; COSTA, Cícero Luciano Alves. Comparação do desempenho motor de crianças com transtorno do espectro autista e desenvolvimento típico. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, v. 29, n. 313, p. 33–46, jun. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**: Parecer CNE/CEB nº 17/2001. Brasília, DF: ME, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.

DAVID, Ana Paula Borelli; ANDRADE, Jacqueline Sampaio; FARINATTI, Patrícia Arruda de Albuquerque; GURGEL, Jonas Lírio; PORTO, Flávia. A prática regular de ginástica artística na minimização dos sintomas recorrentes do autismo em crianças: a perspectiva dos professores. **Revista CPAQV–Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida**, Campinas, v. 8, n. 3, p.1-7, mai. 2016.

FRANZONI, Wihanna Cardozo de Castro; MARINHO, Alcyane. O papel do professor de Educação Física na atuação com pessoas com transtorno do espectro autista em um programa de esporte e lazer de Florianópolis (SC). **Revista Motrivivência**, Florianópolis, v. 32, n. 61, p. 01-22, abr. 2020.

HOFFMAM, Deborah Christina Lopes. Psicologia, esporte e inclusão: considerações sobre o transtorno do espectro autista e a inclusão social por meio de atividades esportivas. **Pretextos – Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 574–586, set. 2018.

KRÜGER, Gabriele Radünz; GARCIAS, Luciana Maia; HAX, Gabriela Padilha; MARQUES, Alexandre Carriconde. O efeito de um programa de atividades rítmicas na interação social e na coordenação motora em crianças com transtorno do espectro autista. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Florianópolis, v. 23, p. 1–5, mar. 2019a.

KRÜGER, Gabriele Radünz; SILVEIRA, Jennifer Rodrigues; MARQUES, Alexandre Carriconde. Motor skills of children with autism spectrum disorder. **Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano**, Florianópolis, v. 21, p. e60515, out. 2019b.

LAGARDERA OTERO, Francisco; LAVEGA BURGUÉS, Pere. **Introducción a la praxiología motriz**. Barcelona: Editorial Paidotribo. 2003.

MORAES, Letícia Baldasso; MARINHO, Alcyane. Adequações didático-metodológicas na prática do surfe para pessoas com transtorno do espectro autista. **Movimento – Revista de Educação Física da UFRGS**, Porto Alegre, v. 27, p. e27067, jan./dez. 2021.

OLIVEIRA, Reinaldo Conceição; SANTANA, Cleiton Marino; SANTOS, Adelianna Cristina Siqueira; DE CARVALHO LÚCIO, Gessica Adriana; HARDMAM JÚNIOR, Austrogildo. Benefícios do esporte para inclusão de crianças autistas. **Revista FAIPE**, Cuiabá, v. 12, n. 1, p. 43–53, jan./jun. 2022.

PARLEBAS, Pierre. **Juegos, deporte y sociedade: Léxico de Praxiologia Motriz**. Barcelona: Editorial Paidotribo, 2001.

POBLACIÓN, Dinah Aguiar. Literatura cinzenta ou não convencional: um desafio a ser enfrentado. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 243-246, set/dez. 1992.

RAMOS, José Ricardo da Silva. Praxiologia Motriz e Equoterapia: uma radiografia praxiológica da lógica interna das mediações equoterápicas dentro da escola. In: RIBAS, João Francisco Magno (Org.). **Praxiologia Motriz na América Latina**. Aportes para a Didática na Educação Física. Ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2017. p. 177–196.

SCHLIEMANN, André; ALVES, Maria Luíza Tanure; DUARTE, Edison. Educação física inclusiva e autismo: perspectivas de pais, alunos, professores e seus desafios. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 34, n. Esp., p. 77–86, jul. 2020.

SHIMIZU, Bianca Checchia. Sociedade, esporte e autistas. In: BETTINE, Marco; FREITAS, Guilherme (Org.). **Estudos interdisciplinares em sociologia do esporte: v.2**. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP, jan. 2022. p. 87-94.

SILVA, Rosicleia Mendes da. Diagnóstico de opções práticas de esporte para pessoas com autismo. **Revista Ciência da Sabedoria**, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 1-21, set. 2021.

SOUSA, Milena Nunes Alves de; SOUSA, Michelline Nunes Alves de; BEZERRA, André Luiz Dantas. Atividades esportivas para indivíduos com transtorno do espectro autista. **Revista Brasileira de Educação e Saúde**, Pombal, v. 11, n. 1, p. 90–96, jan. 2021.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p.102-106, jan./mar. 2010.

TEIXEIRA, Paulo Marcelo Marini. Estados da Arte: aparando arestas na compreensão dessa modalidade de pesquisa. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 29, p. e23034, 2023.

TOMÉ, Maycon Cleber. Educação Física como auxiliar no desenvolvimento cognitivo e corporal de autistas. **Movimento & Percepção**, Espírito Santo do Pinhal, v. 8, n. 11, p. 231–248, jul./dez. 2007.

VATAVUK, Marialice de Castro. Teaching physical education and prescribing exercise in a structured setting and communicative context: focus on social integration. **Infanto – Revista de Neuropsiquiatria da Infância e Adolescência**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 65–72, ago. 1997.

VIANNA, José Antônio; LOVISOLO, Hugo Rodolfo. A inclusão social através do esporte: a percepção dos educadores. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 285-296, jun. 2011.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **International Classification of Diseases for Mortality and Morbidity Statistics (ICD-11)**. Genebra: WHO, 2022. Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en>. Acesso em: 05 out. 2025.

Nota

¹ Artigo oriundo de dissertação de mestrado aprovada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento e Reabilitação da Universidade Federal de Santa Maria, parcialmente financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Sobre os/as autores/as

Raul Javorsky da Costa

Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Maria, RS; Bacharel em Educação Física pela Faculdade Metodista Centenário, Santa Maria, RS; Mestre em Ciências do Movimento e Reabilitação pela Universidade Federal de Santa Maria, RS.

E-mail: raul.javorsky@ufsm.acad.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5429-6631>

João Francisco Magno Ribas

Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas, SP; Pós-Doutor pelo Institut Nacional d'Educació Física de Catalunya, Espanha; Professor Associado do Departamento de Desportos Coletivos da Universidade Federal de Santa Maria, RS.

E-mail: joao-francisco.magno-ribas@ufsm.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6296-628X>

José Ricardo da Silva Ramos

Doutor em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense, RJ; Professor Associado de Ensino de Educação Física da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ.

E-mail: jricardo63@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6124-5605>

Gabriella Andreeta Figueiredo

Licenciada em Educação Física pela Universidade Federal de Uberlândia, MG; Mestre em Ciências da Motricidade pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, SP; Doutora em Psicobiologia pela Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP; Docente da Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas, Limeira, SP.

E-mail: gabiaf@unicamp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9388-8923>

Recebido em: 12/10/2025
Aceito para publicação em: 17/12/2025